

AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA: DISCUSSÕES E REFLEXÕES

Tatiane Lima Menezes Barreto Mestrado em Medicina e Saúde Humana pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

Isa de Jesus Coutinho Mestrado em Medicina e Saúde Humana pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

Resumo

O acesso às instituições públicas é um direito de todos e qualquer restrição a esses espaços poderá trazer impacto no contexto, cultural, social e econômico de seus usuários bem como, a exclusão social. Embora existam leis que regulamentam a questão da acessibilidade, ainda são poucos os espaços que possuem critérios de acessibilidade. Essa pesquisa foi desenvolvida no período de julho a novembro de 2012, com o objetivo de descrever as condições de acesso aos principais espaços externos e internos da Biblioteca Pública do Estado Bahia, da cidade de Salvador. Teve uma abordagem metodológica de cunho qualitativo com a utilização de um questionário do tipo checklist e os registros de medição das dimensões dos espaços avaliados. Foram avaliados os espaços do entorno, entrada principal e do pavimento térreo. Os parâmetros para avaliação considerou normas da ABNT/NBR 9050. Os principais resultados revelaram que os espaços externos e internos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, necessitam de melhorias e que não estão dentro das normas da ABNT / NBR 9050/94. Diante desta realidade, é importante realizar novos estudos, com o intuito de melhorar a qualidade do acesso aos espaços públicos, especialmente para as pessoas que possui algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, além de possibilitar o conhecimento e a socialização da acessibilidade ao local.

Descritores: Acessibilidade; Espaço público; Deficiência e bibliotecas.

ACCESSIBILITY ASSESSMENT OF PUBLIC LIBRARY OF BAHIA: DISCUSSIONS AND REFLECTIONS

Abstract

Access to public institutions is a right for all and any restriction of these spaces can bring impact in context, cultural, social and economic development of their users as well as social exclusion. Although there are laws regulating the issue of accessibility, there are few places that have accessibility criteria. This research was carried out from July to November 2012, with the aim of describing the conditions of access to key external and internal spaces of Bahia State Library, the city of Salvador. Had a methodological approach of qualitative matrix with the use of a checklist-type questionnaire and records the measurement of the dimensions of the spaces evaluated. We evaluated the surrounding spaces, main entrance and ground floor. The parameters considered for evaluation ABNT / NBR 9050. The main results showed that the external and internal spaces of the State Library of Bahia, need improvement and which are not within the rules of ABNT / NBR 9050/94. Given this reality, it is important to conduct further studies with the aim of improving the quality of access to public spaces, especially for people who have some kind of disability or reduced mobility, in addition to enabling the socialization of knowledge and accessibility to the site.

Keywords: Accessibility; Public space; And libraries; Disability.

INTRODUÇÃO

Um espaço público acessível é um lugar que permite a presença e proveito de todos, o que de fato significa instalações adequadas às diferentes necessidades em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população¹. Nesta lógica qualquer tipo de restrição ou inadequação que impossibilite a capacidade das pessoas em ir e vir de forma segura e equitativa poderá gerar impacto no processo da autonomia e independência na participação e inclusão social.

No Brasil é possível encontrar uma série de documentos que tratam a questão da acessibilidade tanto do ponto de vista legal quanto normativo. A Associação Brasileira de Normas e Técnicas ABNT, criada em 1985, constitui a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade e, atualmente, o principal documento brasileiro sobre o tema². Esta norma traz a definição da acessibilidade a partir da possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários e equipamento urbanos³. Já a legislação vigente apresenta uma quantidade significativa de leis, decretos, portarias e normas, que regulamentam a acessibilidade. Entre elas, o Decreto⁴ nº 5296, de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. A primeira dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e a segunda estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Todavia mesmo diante das legislações sobre a acessibilidade, considerada como uma das melhores do mundo e da ABNT/NBR 9050 como referência em subsidiar a promoção da acessibilidade no nível nacional, é possível considerar que ambas não abrangem o universo de limitações que os indivíduos podem apresentar, pois para projetar ou adaptar ambientes, produtos e serviços a fim de torná-los acessíveis não basta considerar as normas de acessibilidade e a legislação em vigor, é necessário atender o maior número possível de pessoas, e pensar a acessibilidade à luz do Desenho Universal. O Desenho Universal é definido como uma abordagem incorporada a produtos, bem como aos fatores de edificação e elementos que aumentam as possibilidades de uso pela maioria das pessoas, independente de limitações físicas ou psíquicas⁵. Quanto à implementação desta definição, o decreto 5.296 no artigo 10º determina que: a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender

aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT/NBR 9050, a legislação específica.

Mesmo que vários projetos e leis venham nos últimos anos defender este direito, são encontradas muitas dificuldades pelas pessoas com deficiência. Dentre essas as maiores são as Barreiras Arquitetônicas e as Barreiras Atitudinais, cuja existência dificulta ou até mesmo impede a livre circulação e a promoção e garantia de igualdade social⁶. São exemplos de barreiras arquitetônicas: calçadas com buracos, escadas, portas e corredores estreitos, banheiros não adaptados, telefones públicos mal instalados, falta de sinalização ou má sinalização. Mesmo nos locais onde há algumas adaptações, muitas delas estão fora das disposições das normas adotadas pela ABNT. As barreiras arquitetônicas por sua vez dividem-se em arquitetônicas urbanísticas de edificações e de comunicação. As urbanísticas são as existentes em vias públicas e nos espaços de uso público como, por exemplo, o não rebaixamento de calçadas. As de edificações são aquelas que existem no interior dos edifícios públicos e privados, no caso dos banheiros não adaptados, por exemplo. As barreiras de comunicação estão voltadas a qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, a falta de sinalização em braile nos equipamentos de uso em comum, são alguns dos obstáculos vivenciados pelas pessoas com necessidades especiais. Vale destacar, entretanto, que tanto as barreiras urbanísticas quanto as de edificações envolvem também o mobiliário urbano (telefones públicos, caixas de correio, coletores de tickets para estacionamento, bancas de jornal, semáforos, e os equipamentos (bancos, correios, escolas, praças, parques, auditórios, estacionamentos e outros)).

Considerando que para fins deste estudo apenas as barreiras arquitetônicas foram abordadas é possível sinalizar que no Brasil os espaços de entretenimento, educação e cultura ainda não obtiveram a atenção necessária para a adaptação, modificação ou construção que viabilizem a acessibilidade de forma a eliminar estas barreiras. A sala de São Paulo, na capital Paulista e o Teatro do Amazonas em Manaus, a sala de cinema Unibanco Glauber Rocha e o Teatro Castro Alves em Salvador/Bahia, são bons exemplos de espaços acessíveis. No entanto constitui-se minoria em um amplo universo que existe no país.

De acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁷ houve um aumento considerável de pessoas que apresenta algum tipo de

necessidade especial definitiva ou temporária, seja: física, mental ou sensorial. O que totalizou no ano de 2010 um percentual de 23,9% da população em relação ao ano de 2000, que registrou 14,9%. Além disso, a região nordeste foi destacada com o maior número de pessoas com deficiência das regiões brasileiras. Ainda de acordo com o IBGE essa parcelas significativas da população se encontram a margem da pobreza em comparação as pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência. O que de fato significa de forma geral que estas vivenciam uma situação de desigualdade social, longe dos ambientes educativos de entretenimento e de cultura sendo o seu desenvolvimento social, econômico e intelectual o maior desafio uma vez que se veem impedidas de usufruir de direitos que estão garantidos por lei.

Na maior Biblioteca Pública da Bahia a preocupação com a acessibilidade das pessoas e a eliminação de barreiras arquitetônicas não fazem parte dos projetos da instituição. Até a finalização deste estudo, não foram encontrados dados consistentes que remetam as mudanças em suas estruturas arquitetônicas com vistas às questões de acessibilidade de forma equitativa e segura. O que existe volta-se para as pessoas com deficiência visual em específico com a prática de utilização do Braille e programas destinados ao referido público. Sobre os aspectos das barreiras de edificações, urbanísticas e de comunicação observa-se que existem poucas adequações que em sua maioria não atendem ao estabelecido na norma. O interesse desta pesquisa é identificar às condições de acessibilidade da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, com vistas a estabelecer um diagnóstico e promover novas discussões e ações que viabilizem a acessibilidade como um direito de todos.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo com o objetivo de avaliar as condições de acessibilidade da área de maior circulação da Biblioteca Pública de Salvador. Os dados foram coletados através de dois instrumentos: um *checklist*, composto por 23 questões, construído previamente para o estudo e um instrumento para medição (trena). O primeiro possibilitou além da caracterização da biblioteca o mapeamento das condições de acessibilidade física de sinalização e de mobiliários existentes nos espaços internos e externos; o segundo norteou a

aquisição do valor das medidas sobre os locais pesquisados (tamanho, altura, profundidade) comparadas a ABNT/NBR 9050.

Definiu-se como espaço externo e entorno a biblioteca, o estacionamento e a entrada principal. Já para o espaço interno considerou-se a entrada que permite o acesso aos serviços da biblioteca como: recepção, sanitários, elevadores de uso em comum, salas de leituras e pesquisa. Foram incluídas as rampas, escadas corrimões e barras de auxílio, além dos pisos; nesta mesma lógica contemplaram-se os balcões, cadeiras mesas e estantes. As sinalizações também foram avaliadas no sentido de analisar a viabilidade de comunicação de um espaço para o outro, bem como a indicação de rotas de localização dentro da biblioteca.

Para a análise dos dados foram eleitos três indicadores: adequado, quando de acordo com a normatização vigente, portanto acessível; parcialmente adequado quando apenas parte da normatização fora cumprida; e não adequado quando não fora encontrado modificações, adaptações ou substituições que permitissem a acessibilidade.

Como parâmetro para as avaliações, utilizou-se os critérios da ABNT/NBR 9050 considerado um documento de âmbito nacional, que estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados tanto nos projetos, construção e instalação quanto nas edificações, mobiliários, espaços e equipamento urbanos, com o objetivo de garantir condições de acessibilidade.

Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública conforme parecer de número 73942/2012 e autorizado pela biblioteca pelo documento de número 04/2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo revelam que a área de maior circulação da biblioteca não contempla critérios de acessibilidade que permitem a possibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e/ou deficiência transitar de forma autônoma e segura. A avaliação do entorno apontou para a insegurança na qual as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida estão expostas durante o seu trajeto a biblioteca. As condições de acesso ao prédio inviabilizam o livre trânsito de pessoas em uso de cadeira de rodas, muletas ou outros dispositivos de ajuda. Desse modo, a chegada a este destino tornar-se uma tarefa difícil e

desafiadora e a depender da situação até impossível. Por outro lado apontou que aspectos relacionados à acessibilidade de pessoas com deficiência visual parecem estar mais próximos dos critérios de acessibilidade disponíveis na biblioteca.

a) Caracterização Física e Funcional da Biblioteca.

A Biblioteca Pública do Estado da Bahia está localizada na cidade de Salvador mais precisamente na região dos Barris, um dos tradicionais e antigos bairros da cidade. Seu entorno está envolvido geograficamente por ruas de paralelepípedos e por uma grande ladeira conhecida como Vale dos Barris uma vez que situa-se em uma colina de 39 metros. Este espaço mantém uma arquitetura composta por três pavimentos, que distribuem-se em 32 salas locais, destinados a atividades de pesquisas e leituras, atividades infantis, em Braille, audiovisual, além de espaços destinados a realização de seminários, cursos, publicação e divulgação de pesquisas e estudos. Apesar de ter um importante significado histórico, social e cultural tem como um dos aspectos mais críticos a acessibilidade arquitetônica uma vez que poucas adequações e ou modificações foram realizadas de forma a garantir o direito de ir e vir de pessoas com deficiência físicas. Por outro lado o espaço de acessibilidade digital conta com softwares específicos para leitura e impressoras em Braille acopladas ao computador, sistema e síntese de voz. A sala de Braille realiza atividades de leituras com voluntários leitores, que tem a função de auxiliar os deficientes visuais na leitura de livros, que são gravados em fitas cassetes, CDs e MP3 para audição posterior dos cegos. Existe também a promoção de sessões de leituras, copia e transcrição de livros, além do ensino do sistema Braille.

b) Caracterização dos Espaços Externos: entorno e entrada principal

Os resultados deste estudo indicam os estacionamentos e calçadas além do transporte público utilizado para acesso ao local como os aspectos mais críticos. Portanto inadequados.

No que se refere aos estacionamentos e calçadas observou-se que estes não atende ao previsto na lei 10.098 /2000 e na ABNT/NBR 9050, uma vez que não dispõe de vagas reservadas para pessoas com deficiência próximas às calçadas e perpendiculares ao meio fio. Ainda de acordo com a legislação as vagas devem ser devidamente sinalizadas, e contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, zebra na cor amarela,

com faixa de largura de 0,10m, além de sinalização horizontal no piso com o Símbolo Internacional de Acesso³. No que se refere às calçadas, não há rebaixamento do meio fio ou presença de rampas para ligar a vaga ou o acesso à entrada da biblioteca, além de não possuir sinalização vertical e horizontal indicando que existe a disponibilidade de recursos para pessoas com necessidades especiais. Uma pessoa com cadeiras de rodas, por exemplo, terá que ser carregada ou auxiliada para acessar a biblioteca, ou terá que caminhar até o destino previsto.

O transporte público utilizado no bairro e que serve de acesso à biblioteca não é adaptado. O que está em desacordo ao previsto no Decreto federal nº 5.296, de 2/12/2004 quando estabelece os parâmetros e critérios técnicos de acessibilidade a ser observado em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros de características urbanas de forma segura para a maior quantidade possível de pessoas, independentemente da idade, estatura e condição física ou sensorial³. No que se refere à entrada principal observou-se que encontra-se parcialmente adequada uma vez que dispõe de duas formas de acesso, tanto por escadas quanto por rampas, requisitos previstos na normatização³. No entanto a largura das escadas está inadequada já que apresentam dimensões além do previsto³ o que de fato pode ser uma barreira para aquele que se locomove com dificuldades. Outro aspecto ainda sobre a entrada principal está relacionado à porta de acesso. Esta porta tem no aspecto da visibilidade o principal indicador de inadequação. A mesma apresenta uma estrutura revestida por vidro que tem coloração escura “fumê.” Esta coloração significa uma barreira para a visibilidade dos usuários, pois, o reflexo emitido decorrente da ação da luz artificial existente no interior da biblioteca constitui-se como um aspecto desfavorável a visualização da entrada principal do prédio. Além disso, não possui sinalização em Braille.

c) Caracterização dos espaços internos e mobiliários

Os espaços internos em maioria apresentaram necessidade tanto de adaptações quanto de adequações. Os balcões de atendimento, por exemplo, segundo recomendações da ABNT/NBR 2004, devem possuir uma parte da superfície com extensão de no mínimo 0,90 m e ter altura de no máximo 0,90 m do piso, além de permitir a aproximação de cadeira de rodas³. No entanto foi observado que os existentes no pavimento do térreo estão com a altura além do

permitido pela norma. O que de fato não permite a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas além de não dispor de uma extensão da superfície rebaixada que facilite a visualização entre usuário, recepcionista ou bibliotecário. Este aspecto torna-se uma barreira na medida em que não possibilita a comunicação e o acesso aos serviços. Por outro lado os extintores, mesas e cadeiras se encontram dispostos de forma acessível, já que atendem a definição normativa³ de 0,73 m há 0, 80 m de altura do piso. O que permitiu a utilização de todos os usuários sejam eles, de baixa estatura ou em uso de cadeiras de rodas.

Os sanitários e os três elevadores, não estão adaptados. Os elevadores, por exemplo, não permitem que uma pessoa em cadeiras de rodas o utilize com a presença de outras pessoas, uma vez que as dimensões internas estão aquém do sugerido nas normas. A ABNT/NBR 9050 ressalta que uma pessoa utilizando uma cadeira de rodas, necessita ocupar uma área física com projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, o que permite o acesso simultâneo de todos os usuários³.

Com relação ao único sanitário existente no piso térreo este não possui dimensões recomendadas, além de não satisfazer a quantidade exigida pela norma que sugere 5% com acessibilidade distribuídos para casa sexo e sinalizados com o símbolo internacional de acessibilidade ao mesmo tempo em que adaptados com barras de apoio para rotação e transferências de forma segura³.

A iluminação artificial nas salas de leitura e pesquisa compõe mais um dos critérios de inadequação da acessibilidade. Uma pessoa com baixa visão terá sérias dificuldades de realizar atividades de leitura já que a iluminação não permitiu visibilidade adequada.

Com relação distribuição dos mobiliários não foram observadas discrepâncias em relação às normatizações, o que sugere um espaço de locomoção e mobilidade adequado, portanto acessível. Pessoas com diversos tipos de auxiliares de mobilidade poderão percorrer os espaços sem maiores dificuldades.

O dado encontrado nesta pesquisa evidencia que o processo de inclusão de pessoas com deficiência no acesso a Biblioteca Pública do Estado da Bahia é desfavorável, principalmente para aquelas com deficiência física e que tenha mobilidade reduzida. Contudo é possível destacar que embora a mesma realize algumas medidas e ações de acessibilidade estas voltam-se a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Um bom exemplo são as capacitações dos funcionários para atender tal clientela. Estudos similares a este apontam que

a expressão biblioteca acessível designa não apenas possibilidade de acesso a deficientes visuais, mas que também propicie acesso às pessoas em situação de deficiência como um todo⁸. Acrescentam também a necessidade de conhecimento prévio de parte das tecnologias assistivas por todos os funcionários além de sinalizarem a importância de registros da visita de pessoas com deficiência. Argumentam que os registros possam gerar dados que auxiliassem na aquisição de recursos para adequação dos espaços, equipamentos, oferta de cursos ou capacitações de aprimoramento aos profissionais, em vista da demanda existente nos diversos locais⁹. Ainda nesta lógica as principais conclusões sobre o tema indicam que por mais que as Bibliotecas conheçam o manifesto da IFLA/UNESCO (2006) para bibliotecas públicas, pouco é posto em prática para atender de maneira satisfatória as necessidades informacionais dos usuários^{8,9}.

Contudo é preciso considerar que a transformação de espaços inacessíveis em acessíveis nem sempre é possível e esta não é uma tarefa fácil de ser realizada. Estudos em outros espaços também públicos como as Universidades,¹⁰ por exemplo, apontam que as questões de planejamento esbarram, muitas vezes, nas de execução dos projetos de acessibilidade e os maiores erros de execução estão nos níveis das rampas, no posicionamento das barras de proteção e nas larguras dos degraus, que frequentemente estão fora das Normas da ABNT. E ainda apontam cada vez mais a necessidade de fortalecimento do paradigma do *Design Universal*, que prevê, desde o projeto inicial, espaços acessíveis à maioria da população, diminuindo os custos e atendendo às diferenças existentes entre as pessoas.¹¹

Torna-se relevante a realização de novas pesquisas que valorize os espaços de cultura, educação e lazer, com o intuito de possibilitar a melhoria na qualidade do acesso aos espaços públicos, especialmente para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida. Por se tratar de um tema ainda em expansão é necessário maiores investigações que contemplem também a percepção dos usuários, dos funcionários e da população em geral. O que de fato não foi abordado nesta pesquisa já que a mesma restringiu-se apenas aos dados arquitetônicos.

REFERÊNCIAS

1. PUPO, D.T. Cumprindo a legislação. In: PUPO, D. T.; MELO A. M.; PÉRES-FERRÉS, S. (org.) *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. 2006. p. 30-50. [acesso em 2011 Mai. 7]. Disponível em: <<http://apnendenovaodessa.blogspot.com/2011/04/dicas-para-bibliotecas-acessiveis.html>>.
2. SASSAKI, R. K; *Inclusão: o paradigma do século 21*. Rev. de Educação Especial. Rio de Janeiro, 2004. [acesso em 2011 Ago. 20]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.
3. ABNT NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2004. 2ed. [acesso em 2013 Jan. 29]. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/NBR9050-31052004.pdf>>
4. BRASIL, 2004. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 – DOU de 03/12/2004. [acesso em 2012 Maio. 10]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>
5. RIBEIRO, MA. “Design Universal” In: CAVALCANTI, A. e GALVÃO, C. *Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática*. RJ: Ed. Guanabara Koogan, 2007.
6. Brasil. *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Acessibilidade -Brasília; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005 - 60p.:21 cm*.
7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2000 – 2010*. [10 de Mai. 2012]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>
8. NASCIMENTO, GFCL; COSTA, RV; COSTA, GCN; *Recomendações de Acessibilidade da IFLA\UNESCO para deficientes visuais: o caso da biblioteca Juarez da Gama Batista. Seminário Nacional das Bibliotecas Universitárias, 2011. [29 de Out. 2012]. Disponível em: <<http://extralibris.org/revista/manifesto-da-Iflaunesco-para-bibliotecas-publicas/>>*
9. LIRA GA. *Biblioteca Nacional: desenvolvimento do modelo brasileiro de biblioteca acessível para pessoas com deficiência e idosos*. Revista *Inclusão Social*, Brasília. 2007;2(2):10-13, abr./set. 2007. [acesso em 2012 Out. 29]. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/93/100>>.
10. EMMEL MLG; GOMES G;BAUAB JP. *Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira*. Rev Bras Ciênc Saúde. 2010; 14(1):7-20.
11. JULIANA CA. *Acessibilidade aos pontos de ônibus: estudo de caso em São Carlos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR ,2010